go 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo o sistema de avaliação final cotado de 0 a 20 valores e resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PPC + EPS}{2}$$

sendo que:

CF = classificação final;

PPC = prova prática de conhecimentos;

EPS = entrevista profissional de selecção.

Considerar-se-ão reprovados os candidatos que não obtiveram classificação igual a, pelo menos, 9,5 valores. Em caso de igualdade de classificação, será observado o critério de desempate referido no n.º 2 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão publicadas nos termos e de acordo com o disposto nos artigos 34.º, 35.º e 38.º a 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, sendo afixadas, quando seja o caso, no átrio do edifício sede da Junta de Freguesia de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição).

14 — Apresentação das candidaturas:

14.1 — Prazo — o prazo para a apresentação das candidaturas é de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

14.2 — Formalização de candidaturas — as candidaturas terão de ser formalizadas, sob pena de exclusão imediata do candidato, em requerimento dirigido ao presidente da Junta de Freguesia de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição) e entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 13.1, à Junta de Freguesia de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), Rua Principal, 2, 7250-146 Alandroal.

Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa, donde conste o nome do candidato, estado civil, filiação, data de nascimento, naturalidade, profissão, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte e número de telefone;

b) Lugar a que se candidata, referenciando a data, número e publicação do respectivo aviso no *Diário da República* em que vier inserido;

c) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem relevantes de influenciarem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, as quais só serão consideradas se devidamente comprovadas.

14.2.1 — O requerimento de admissão ao concurso terá de ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do bilhete de identidade;

b) Documentos comprovativos dos requisitos gerais enunciados no n.º 1 deste aviso. Estes documentos podem ser temporariamente dispensados desde que os candidatos declarem no próprio requerimento de candidatura, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um deles;

c) Documentos comprovativos de influenciarem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

A falta de cumprimento das exigências referidas nas alíneas a), b) e c) deste número implica a exclusão imediata do candidato.

O teor do requerimento de admissão a apresentar é o seguinte:

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição):

... (nome), ... (estado civil), filho(a) de ... e de ..., nascido(a) em ..., natural da freguesia de ..., município de ..., ... (profissão), residente em ... (morada completa), portador(a) do bilhete de identidade n.º ..., emitido em .../.../... pelo arquivo de identificação de ..., contribuinte fiscal n.º ..., com o telefone n.º ..., requer a V. Ex.^a se digne admitir-lo(a) ao concurso externo de ingresso para provimento de um lugar para a carreira de cantoneiro de limpeza, grupo de pessoal auxiliar, a que se refere o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º ..., de .../.../...

1 — Mais declara, sob compromisso de honra, em relação às alíneas a) e b) do n.º 1 do aviso de abertura do concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa;

b) Ter ... anos de idade;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

2 — Mais declara, sob compromisso de honra, que detém (a):

Tipo de deficiência: ...

Grau de incapacidade: ...

Capacidade de comunicação, expressão: ...

Pede deferimento.

O Requerente, ... (assinatura).

Anexa os documentos seguintes: ...

(a) A preencher pelos candidatos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

23 de Outubro de 2006. — O Presidente, *José Guiomar Silva*.

3000218130

JUNTA DE FREGUESIA DE REQUEIXO

Edital

Brasão, bandeira e selo

Sesnando Alves dos Reis, presidente da Junta de Freguesia de Requeixo, do município de Aveiro, torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Requeixo, do município de Aveiro, tendo em conta o parecer emitido em 22 de Outubro de 2002 pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 27 de Setembro de 2006.

Brasão — escudo de prata, com cinco folhas de golfinho de verde; em chefe, cruzeiro de azul. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco, com a legenda a negro «Requeixo — Aveiro».

Bandeira — esquartelada de verde e branco. Cordão e borlas de prata e verde. Haste e lança de ouro.

Selo — nos termos da lei, com a legenda «Junta de Freguesia de Requeixo — Aveiro».

27 de Outubro de 2006. — O Presidente, *Sesnando Alves dos Reis*.

1000307517

JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ

Edital

Brasão, bandeira e selo branco

José Manuel Paiva Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, do concelho de Armamar, torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo branco da freguesia de Santa Cruz, tendo em conta o parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses em 19 de Setembro de 2006.

Brasão — escudo negro, cruz firmada de prata, tendo brocante uma capela de carvalho, de verde, ladada de ouro. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a seguinte legenda a negro: «Santa Cruz — Armamar».

Bandeira — esquartelada de branco e verde. Cordão e borlas de prata e verde. Haste e lança de ouro.

Selo — nos termos da lei, com a seguinte legenda: «Junta de Freguesia de Santa Cruz — Armamar».

Parecer emitido nos termos da Lei n.º 53/91, de 7 de Agosto.

31 de Outubro de 2006. — O Presidente, *José Manuel Paiva Mendes*.

1000307498